

Detalhe de Oferta de Emprego

Caracterização da Oferta

Código da Oferta: OE202511/0738

Tipo Oferta: Procedimento Conursal Comum

Estado: Ativa

Nível Orgânico: Ministério da Agricultura e Pescas

Orgão / Serviço: Direção-Geral de Alimentação e Veterinária

Vínculo: CTFP por tempo indeterminado

Regime: Carreiras Gerais

Carreira: Assistente Técnico

Categoria: Assistente Técnico

Grau de Complexidade: 2

Remuneração: 979,05 € ou a posição remuneratória de que for detentor na carreira de assistente técnico.

Suplemento Mensal: 0,00 EUR

1. Aos postos de trabalho a ocupar (Referencias A e B) corresponde o conteúdo funcional no anexo referido no n.º 2 do artigo 88º da LTFP, na carreira e categoria de Assistente Técnico, com as especificidades das áreas de atuação enunciadas na descrição do procedimento no ponto 6 da descrição do procedimento, para postos de trabalho na Direção Geral de Alimentação e Veterinária da Região do Algarve, nomeadamente, funções a desempenhar:
Ref.º A: 4 Assistentes Técnicos para a DSAVRA (Faro): Executar Funções de natureza administrativa, de aplicação de métodos e processos com base em diretivas bem definidas e instruções gerais, nas áreas de atuação dos órgãos e serviços da DGAV; assegurar as tarefas de secretariado no apoio á chefia; Efetuar processamento de texto, arquivo de documentação, expedição de correspondência; Usar aplicações informáticas no tratamento de dados: Efetuar cálculos numéricos; elaborar e atualizar ficheiros de contatos e outro tipo de informação útil á gestão do serviço; atender e encaminhar, telefónica ou pessoalmente, o público interno e externo da UO, atendimento telefónico e tramitação de expediente, apoio técnico e administrativo associado aos diversos setores pecuários e de segurança alimentar; declarações de existências, gestão de guias de movimentação animal, registo animal entre outros; Gestão de Viaturas; faturaçao /homebanking; Tramitação da assiduidade; colaborar nas tarefas inerentes aos Planos de Controlo e Erradicação de Doenças dos Animais, através do Programa Informático de Saúde Animal (PISA. Net) e do Sistema Nacional de Informação e Registo Animal (SNIRA), gestão administrativa do material e documental da CVAR-IE; Colaboração nos controlos oficiais do âmbito da Segurança Alimentar, Alimentação Animal, Medicamentos e Saúde Animal, bem como na gestão de documentação associada; tarefas de apoio e em controlos de campo e administrativas na área da condicionalidade e identificação animal (ANI) e apoio administrativo e logístico na tramitação do expediente e na colheita de amostras para os diversos planos analíticos; apoio técnico e administrativo associado aos setores da certificação, saúde animal e segurança alimentar.

Caracterização do Posto de Trabalho:

Refº B: 1 Assistente Técnico para a DSAVRA (Parchal – Portimão): Assegurar as tarefas de secretariado, nomeadamente faturaçao, atendimento ao público, atendimento telefónico e tramitação de expediente; apoio técnico e administrativo associado aos diversos setores pecuários e de segurança alimentar nomeadamente no que se refere aos planos de controlo das doenças animais, identificação e movimentação animal; registo das explorações pecuárias, certificação, animal e de produtos de origem animal e planos de execução da segurança alimentar; apoio técnico e administrativo associado aos setores da certificação, saúde animal e segurança alimentar; secretariado, nomeadamente execução de tarefas de campo no âmbito da saúde animal, e controlos oficiais; apoio nas tarefas de controlo oficial saúde animal e segurança alimentar; colheita de amostras entre outras tarefas.

Requisitos de Admissão

Relação Júridica: CTFP por tempo indeterminado

- a) Nacionalidade Portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, convenção internacional ou lei especial;
- b) 18 anos de idade completos;

Requisitos para a Constituição de Relação Jurídica:

- c) Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe desempenhar;
- d) Robustez física e perfil psíquico indispensável ao exercício das funções;
- e) Cumprimento das leis de vacinação obrigatória.

Requisitos de Nacionalidade: Sim

Habilitação Literária: 12º ano (ensino secundário)

Locais de Trabalho

Local Trabalho	Nº Postos	Morada	Localidade	Código Postal	Distrito	Concelho
Direção de Serviços de Alimentação e Veterinária da Região do Algarve	5	Edifício da Direcção Regional de Agricultura - Bracais - Patação	Bracais	8005424 FARO	Faro	Faro

Total Postos de Trabalho: 5

Nº de Vagas/ Alterações

Formação Profissional

Outros Requisitos: Relação Jurídica de emprego público na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

Formalização das Candidaturas

Envio de Candidaturas para: Local: Plataforma de Recrutamento da DGAV (<https://recrutamento.dgav.pt>); Pessoalmente ou envio por

Contacto: 213239500

Data Publicitação: 2025-11-26

Data Limite: 2025-12-12

Texto Publicado

Jornal Oficial e Orgão de Comunicação Social: Aviso n.º29198/2025/2, 2ªserie n.º229 de 26 novembro de 2025

Texto Publicado em Jornal Oficial: Nos termos do disposto nos artigos 30.º e 33.º a 38.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e do disposto no artigo 11.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro, torna-se público que, por despacho da Diretora Geral de Alimentação e Veterinária, de 15 de setembro de 2025, se encontra aberto pelo período de 10 dias úteis, contados a partir do dia seguinte ao da publicação do presente aviso na BEP, o procedimento concursal comum para preenchimento de cinco postos (5) de trabalho para as funções correspondentes à carreira/categoria de assistente técnico, na modalidade de relação jurídica de emprego público, titulada por contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, do mapa de pessoal desta Direção Geral, para o exercício de funções, nos seguintes serviços : Referencia A – Quatro (4) Assistentes Técnicos para a DSAV Região do Algarve

(Faro) Referencia B – Um (1) Assistente Técnico para DSAV Região do Algarve – NAV Parchal; 2. Para efeitos do Decreto-Lei, nº19/2021, de 15 de março, foi ouvida a entidade gestora do sistema de valorização profissional, a Direção-Geral de Administração e do Emprego Público (DGAEP), que expressamente declarou a inexistência de trabalhadores em situação de valorização profissional, cujo perfil se adequasse às características do posto de trabalho a concurso 3. O presente procedimento reger-se-á pelas disposições contidas na Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, da LTFP, na sua redação atual, pela Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro, e pelo Código do Procedimento Administrativo (CPA). 4. O procedimento concursal visa o recrutamento por contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, sendo o recrutamento efetuado de entre trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente constituído. 5. Poderão candidatar-se os indivíduos que até ao termo do prazo fixado para a apresentação das candidaturas, reúnam os seguintes requisitos: 5.1 Requisitos de admissão: Ser detentor de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado ou encontrar-se em situação de valorização profissional e cumulativamente possuir os requisitos enunciados no artigo 17.º da LTFP, a saber: a) Nacionalidade portuguesa, quando não dispensada pela Constituição da República Portuguesa, por convicção internacional ou por lei especial; b) 18 anos de idade completos; c) Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe a desempenhar; d) Robustez física e perfil psíquico indispensáveis ao exercício das funções; e) Cumprimento das leis de vacinação obrigatória. 5.2 Requisitos específicos: Nível habilitacional:12ºAno (Ensino Secundário), não se admitindo a possibilidade de substituição do nível habilitacional por formação ou experiência profissional. Outros requisitos exigidos, para referência A e B a concurso: Relação Jurídica de emprego público na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado 6. Caraterização dos Postos de Trabalho: Funções correspondentes à caracterização funcional da categoria de assistente técnico, constantes no Anexo a que se refere o n.º 2 do artigo 88.º da LTFP, aprovada pela Lei n.º 35/2014 de 20 de junho, designadamente no exercício de funções inerentes, nomeadamente Executar funções de natureza administrativa, de aplicação de métodos e processos com base em diretrivas bem definidas e instruções gerais, nas áreas de atuação comuns e instrumentais e nos vários domínios, de atuação dos órgãos e serviços da DGAV. Assim: Caraterização dos Postos de Trabalho Ref.º A: 4 Assistentes Técnicos para a DSAVRA (Faro): Executar Funções de natureza administrativa, de aplicação de métodos e processos com base em diretrivas bem definidas e instruções gerais, nas áreas de atuação dos órgãos e serviços da DGAV; assegurar as tarefas de secretariado no apoio á chefia; Efetuar processamento de texto, arquivo de documentação, expedição de correspondência; Usar aplicações informáticas no tratamento de dados: Efetuar cálculos numéricos; elaborar e atualizar ficheiros de contatos e outro tipo de informação útil á gestão do serviço; atender e encaminhar, telefónica ou pessoalmente, o público interno e externo da UO, atendimento telefónico e tramitação de expediente, apoio técnico e administrativo associado aos diversos setores pecuários e de segurança alimentar; declarações de existências, gestão de guias de movimentação animal, registo animal entre outros; Gestão de Viaturas; faturação /homebanking; Tramitação da assiduidade; colaborar nas tarefas inerentes aos Planos de Controlo e Erradicação de Doenças dos Animais, através do Programa Informático de Saúde Animal (PISA. Net) e do Sistema Nacional de Informação e Registo Animal (SNIRA), gestão administrativa do material e documental da CVAR-IE; Colaboração nos controlos oficiais do âmbito da Segurança Alimentar, Alimentação Animal, Medicamentos e Saúde Animal, bem como na gestão de documentação associada; tarefas de apoio e em controlos de campo e administrativas na área da condicionalidade e identificação animal (ANI) e apoio administrativo e logístico na tramitação do expediente e na colheita de amostras para os diversos planos analíticos; apoio técnico e administrativo associado aos setores da certificação, saúde animal e segurança alimentar. Refº B: 1 Assistente Técnico para a DSAVRA (Parchal – Portimão): Assegurar as tarefas de secretariado, nomeadamente faturação, atendimento ao público, atendimento telefónico e tramitação de expediente; apoio técnico e administrativo associado aos diversos setores pecuários e de segurança alimentar nomeadamente no que se refere aos planos de controlo das doenças animais, identificação e movimentação animal; registo das explorações pecuárias, certificação, animal e de produtos de origem animal e planos de execução da segurança alimentar; apoio técnico e administrativo associado aos setores da certificação, saúde animal e segurança alimentar; secretariado, nomeadamente execução de tarefas de campo no âmbito da saúde animal, e controlos oficiais; apoio nas tarefas de controlo oficial saúde animal e segurança alimentar; colheita de amostras entre

outras tarefas. 7. Local de Trabalho Local de trabalho 4 Postos de Trabalho - Faro 1 Posto de Trabalho - Parchal (Portimão) 8. Para efeitos do disposto na alínea k) do n.º4 do artigo 11.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro, não podem ser admitidos candidatos/as que, cumulativamente, se encontrem integrados na carreira/categoria e, não se encontrando numa situação de mobilidade, ocupem postos de trabalho previstos no mapa de pessoal da Direção Geral de Alimentação e Veterinária, idênticos aos postos de trabalho para cuja ocupação se publicita o procedimento. 9. Nos termos da alínea e) n.º 3, do artigo 11.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro, a posição remuneratória é a 1.ª posição remuneratória da categoria de assistente técnico da carreira geral de assistente técnico - nível 7 da tabela remuneratória única, a que corresponde, o montante pecuniário de 979,05 € (Novecentos e setenta e nove euros e cinco céntimos). Caso os candidatos já se encontrem integrados na carreira e categoria de assistente técnico, mantêm a posição remuneratória detida no lugar de origem, sem possibilidade de negociação por inexistência de despacho prévio favorável que alude o n.º 1 do artigo 21.º Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro. 10. Forma e prazo de apresentação de candidaturas: 10.1. Forma: Os(as) interessados(as) deverão apresentar a candidatura, com indicação da referência a que se candidata, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da publicação do presente aviso. A submissão de candidatura deverá ser formalizada, obrigatoriamente, através da Plataforma de Recrutamento da DGAV (<https://recrutamento.dgav.pt>), ou por correio postal registado, com aviso de receção, para Direção-Geral de Alimentação e Veterinária, Campo Grande n.º 50, 1700-093 Lisboa, ou ainda, pessoalmente na Sala do Expediente da Divisão de Recursos Humanos, Formação e Expediente, no horário das 09:30-12:30 horas e das 14:00-17:00 horas. 10.2. A candidatura deverá ser submetida e acompanhada dos seguintes elementos em formato PDF, com carácter obrigatório, sob pena de ser excluído (a) do procedimento: a) Curriculum vitae, devidamente datado e assinado, de acordo com os parâmetros fixados para a avaliação curricular, juntando os respetivos comprovativos, sob pena de não poderem ser considerados; b) Fotocópia legível do certificado de habilitações literárias. c) Comprovativos das ações de formação e relacionadas com o conteúdo funcional do posto de trabalho. d) Declaração emitida pelo organismo ou serviço onde o/a candidato/a exerce funções ou a que pertence, atualizada, da qual conste de forma inequívoca, a modalidade da relação jurídica de emprego público que detém, a categoria e posição remuneratória detida e a antiguidade na categoria, na carreira e na função pública, bem como as avaliações do desempenho relativas aos últimos três anos e, na sua ausência o motivo que determinou tal facto. e) Declaração de conteúdo funcional emitida pelo serviço ou organismo onde o/a candidato/a exerce funções ou a que pertence, devidamente atualizada, da qual constem as atividades que se encontra a exercer inerentes ao posto de trabalho que ocupa e o grau de complexidade das mesmas. 10.4. Nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 15.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro, a não apresentação dos documentos comprovativos do preenchimento dos requisitos legalmente exigidos e atrás referidos, determina a exclusão dos candidatos. 10.5. Assiste ao júri a faculdade de exigir a qualquer candidato, no caso de dúvida sobre a situação que descreve, a apresentação de documentos comprovativos das suas declarações. 11. Métodos de seleção: 11.1. Nos termos do disposto no nº 5 do artigo 36.º da LTFP e do artigo 17.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro, serão adotados os seguintes métodos de seleção: a) Método de seleção obrigatório: Prova de Conhecimentos (PC). b) Método de seleção facultativo ou complementar: Entrevista de Avaliação de Competências. 11.2. Nos termos do disposto no n.º 2, do artigo 36.º da LTFP, exceto quando afastados, por escrito, pelos/as candidatos/as que, cumulativamente, sendo titulares da carreira/categoria se encontrem a cumprir ou a executar, ou encontrando-se em situação de valorização profissional tenham estado, por último, a desempenhar a atribuição, competência ou atividade caracterizadora dos postos de trabalho para cuja ocupação o procedimento foi publicitado, os métodos de seleção obrigatórios serão: a) Método de seleção obrigatório: Avaliação Curricular b) Método de seleção facultativo ou complementar: Entrevista de Avaliação de Competências. 11.3 Prova de conhecimentos (PC): visa avaliar os conhecimentos académicos e/ou profissionais e as capacidades técnicas dos candidatos necessárias ao exercício das funções descritas no n.º 6 do presente Aviso. Será valorada de 0 a 20 valores e com expressão até às centésimas. 11.3.1 Tipo, forma e duração da prova de conhecimentos: prova escrita, presencial com consulta, constituída por 15 perguntas de escolha múltipla e 1 de resposta de desenvolvimento, terá a duração de 90 minutos e versará sobre a seguinte legislação: - Lei n.º 35/2014, de 20 de junho (Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas); - Lei n.º 07/2009 de 12 de fevereiro (Código do Trabalho); - Decreto regulamentar n.º31/2012, de 13 de março (Lei Orgânica

da DGAV) - Decreto-Lei n.º4/2015, de 7 de janeiro (Código Procedimento Administrativo) 11.4. A Avaliação Curricular (AC): visa analisar a qualificação dos/as candidatos/as, designadamente, a habilitação académica ou profissional, percurso profissional, relevância da experiência adquirida e da formação realizada, tipo de funções exercidas e avaliação de desempenho obtida. Para tal serão considerados e ponderados os elementos de maior relevância para os postos de trabalho a ocupar, e que obrigatoriamente são os seguintes:

Habilitação Académica de Base ou Curso Equiparado, Experiência Profissional, Formação Profissional e Avaliação de Desempenho. Será expressa numa escala de 0 a 20 valores com valoração às centésimas, sendo a classificação obtida da média aritmética ponderada das classificações dos elementos a avaliar. 11.5.

Entrevista de Avaliação de Competências (EAC): visa avaliar a experiência profissional e aspetos comportamentais, nomeadamente os relacionados com a capacidade de comunicação e de relacionamento. A entrevista é pública, sendo o local, data e hora da sua realização atempadamente afixados em local visível e público nas instalações da entidade empregadora pública e disponibilizada na sua página eletrónica. 12. Os métodos de seleção têm carácter eliminatório, sendo excluídos do procedimento os/as candidatos/as que tenham obtido uma valoração inferior a 9,5 valores, num dos métodos ou fase, não lhe sendo aplicado o método ou fase seguintes. 12.1. Classificação Final: 12.1.1. A classificação Final (CF) será obtida numa escala de 0 a 20 valores, considerando-se a valoração até às centésimas, mediante a aplicação da seguinte fórmula: $CF = (PC \times 50\%) + (EAC \times 50\%)$. 12.1.2. Para os candidatos que se encontrem na situação descrita no ponto 11.2. do presente aviso, a classificação final (CF) será obtida numa escala de 0 a 20 valores, considerando-se a valoração até às centésimas, mediante a aplicação da seguinte fórmula: $CF = (AC \times 50\%) + (EAC \times 50\%)$. 13. As atas do júri, onde constam os parâmetros de avaliação e respetiva ponderação de cada um dos métodos de seleção a utilizar, a grelha classificativa e o sistema de valoração final do método, são publicitados no sítio da Internet da entidade, conforme disposto no n.º 5 do artigo 11.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro. 14. A falta de comparência dos/as candidatos/as a qualquer um dos métodos de seleção para o qual tenham sido convocados, equivale à desistência do procedimento, nos termos do n.º 3 e n.º 4, ambos do artigo 21.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro, não lhes sendo aplicado o método seguinte. 15. Os/as candidatos/as excluídos são notificados/as por uma das formas previstas nos números 1 e 2 do artigo 6.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro, na sua atual redação. Os

candidatos/as admitidos/as serão convocados/as através de notificação do dia, hora e local para a realização dos métodos de seleção, nos termos previstos no n.º 3 do artigo 16.º e por uma das formas previstas nos n.ºs 1 e 2 do artigo 6.º da referida Portaria. Os/as candidatos/as aprovados/as em cada método de seleção são convocados/as para a realização do método seguinte, nos mesmos termos. 16. Critérios de ordenação preferencial: 16.1. Em caso de igualdade de valoração, entre candidatos/as, os critérios de preferência a adotar serão os previstos no artigo 24.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro. 16.2. Os candidatos/as portadores/as de deficiência, com grau de incapacidade igual ou superior a 60%, dá-se cumprimento ao previsto no n.º 3 do artigo 3.º do decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de fevereiro 17. A lista unitária de ordenação final dos candidatos aprovados no decurso da aplicação do método de seleção é notificada, para efeitos de audiência de interessados, nos termos do n.º 1 do artigo 25.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro e do artigo 121.º do CPA (Código do Procedimento Administrativo). 17.1. A lista unitária de ordenação final dos/as candidatos/as, após homologação da Diretora-Geral, será afixada em local visível e público, nas instalações da DGAV e disponibilizada no sítio da Internet da mesma entidade (www.dgav.pt). 18. Composição do Júri Nos termos do artigo 8.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro, para o presente procedimento concursal propõe-se o júri com a seguinte composição:

Referências A e B: Presidente: Cristina da Conceição Soares Ferradeira– Diretora de Serviços da Direção Geral de Alimentação e Veterinária da Região do Algarve 1.º Vocal efetivo, que substituirá o Presidente nas suas faltas e impedimentos: Jacinto José Bolas Gago – Técnico Superior da Direção Geral de Alimentação e Veterinária da Região do Algarve; 2.º Vocal efetivo: Nelson António Lay Alves – Técnico Superior da Direção Geral de Alimentação e Veterinária da Região do Algarve; 1.º Vocal suplente: João Carlos Antunes do Nascimento Colaço – Técnico Superior da Direção Geral de Alimentação e Veterinária da Região do Algarve; 2.º Vocal suplente: Pedro Miguel Serrano Rodrigues – Técnico Superior da Direção Geral de Alimentação e Veterinária da Região do Algarve; 19. Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição da República Portuguesa, "A Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no

sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação". 20. A Direção-Geral de Alimentação e Veterinária irá tratar os Dados Pessoais dos candidatos/as, em conformidade com o Regulamento de Proteção de Dados (EU) 2016/679, e na medida do adequado, pertinente e limitado ao que for necessário no âmbito do presente procedimento concursal. 21 – Nos termos do n.º 1 do artigo 11.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro, o presente Aviso será publicitado por extrato no Diário da República, 2.ª série, na Bolsa de Emprego Público (www.bep.gov.pt), de forma integral, na plataforma de Recrutamento da DAV e na página eletrónica da Direção-Geral de Alimentação e Veterinária

Observações

Alteração de Júri

Resultados

Questionário de Termo da Oferta

Admitidos

Masculinos:

Femininos:

Total:

Total SME:

Total Com Auxílio da BFP:

Recrutados

Masculinos:

Femininos:

Total:

Total Portadores Deficiência:

Total SMEs

Table 2. *U* and *W* for *W* = 0.002